

Das Agriculturas Holocênicas ao Controle Colonial da *Plantation*: as (r)existências das sementes crioulas

Josiane Carine Wedig¹

Helena Rodrigues Lopes^{2,3}

Brendo Henrique da Silva Costa⁴

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, Brasil

²Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³Articulação Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil²

⁴Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil

Resumo

Este ensaio propõe seguir as sementes que são parte fundante da constituição da vida no planeta e da composição das agriculturas holocênicas. Argumenta-se que as agriculturas foram profundamente alteradas com o colonialismo e a imposição da *plantation*, processo que foi ampliado em meados do século XX e teve consequências devastadoras. Desse modo, a emergência do Antropoceno – nomeação que remete às alterações geológicas provocadas pelo avanço do extrativismo colonial de florestas, minérios e monoculturas, reduziu, enormemente, a sociobiodiversidade da Terra. Os conhecimentos de coletivos indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros, também foram erodidos em nome de uma racionalidade moderna colonial que se impôs violentamente sobre esses povos. Em contraposição, é possível identificar formas de (r)existências que criam ressurgências por meio de socialidades multiespécies. Nesse sentido, a análise que apresentamos é inspirada em duas etnografias realizadas com sementes crioulas, uma no Nordeste e outra no Sul do Brasil.

Palavras-chave: Relações Multiespécies; Colonialismo; Ciência Moderna; Revolução Verde; Antropoceno/Plantationoceno.

From Holocene Agriculture to Colonial Control of Plantation: the resistances of creole seeds

Abstract

This essay proposes following seeds, which are a fundamental part of the constitution of life on the planet and of the composition of Holocene agriculture. It argues that agriculture was profoundly altered by colonialism and the imposition of plantations, a process that was extended in the mid-20th century and had devastating consequences. In this way, the emergence of the Anthropocene – a name that refers to the geological changes caused by the advance of colonial extractivism of forests, minerals and monocultures – has greatly reduced the Earth socio-biodiversity. The knowledges of indigenous peoples, quilombolas, peasants and others have also been eroded in the name of a modern colonial rationality that has violently imposed itself on these peoples. In contrast, it is possible to identify forms of resistances that create resurgences through multi-species socialites. In this sense, the analysis we present is inspired by two ethnographies carried out with creole seeds, one in the Northeast and the other in the South of Brazil.

Keywords: Multispecies Relationships; Colonialism; Modern Science; Green Revolution; Anthropocene/Plantationocene.

Recebido em: 16/01/2024

Aceito em: 14/09/2024



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

As sementes compõem as formas de vida na Terra ao longo de bilhões de anos. Foram elas que permitiram, junto a outros entes, a emergência das agriculturas, no período geológico do Holoceno, há cerca de 12.000 anos. Elas diferem, infinitamente, entre si e são organismos vivos situados dentro de profundas e emaranhadas histórias, criando socialidades multiespécies entre plantas, animais, humanos e outros seres, que tornaram possível o florescimento de diversos ecossistemas, com suas singularidades (Tsing, 2019).

No entanto, essa enorme sociobiodiversidade do planeta foi profundamente alterada nos últimos 500 anos, a partir da instituição do padrão de poder moderno colonial, que estabeleceu a *plantation*, caracterizada pela apropriação da terra – transformada em latifúndios –, pelo avanço das monoculturas e pela escravização de povos da Abya Yala e da África. Foi por meio da eliminação massiva de florestas, pelo extrativismo de minérios e pelo genocídio, etnocídio, ecocídio de coletivos, que esse modelo foi violentamente imposto.

Para as *plantations*, foi selecionado um número reduzido de sementes, que passaram a ser confinadas e manejadas para maximizar a produção (Tsing, 2015), com cultivos estendidos em larga escala. Isso provocou a extinção em massa de sementes das agriculturas holocênicas. Tal modelo destrutivo foi acelerado, sobretudo, em meados do século XX, com a Revolução Verde, que intensificou o controle das sementes, por meio da conexão entre agricultura e indústria. As sementes passaram a integrar um pacote tecnológico que englobava também fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e máquinas movidas por combustíveis fósseis.

Desse modo, neste ensaio, argumentamos que a produção colonial das *plantations* acarretou destruições de relações multiespécies e dos modos de vida holocênicos, provocando mutações climáticas de escala planetária, nominadas de Antropoceno/Plantationoceno. Em contraponto a esse avanço monocultural, apresentamos modos de (r)existências que comunidades indígenas, quilombolas e camponesas realizam com as sementes crioulas em suas roças, quintais, casas, festas e feiras.

Cabe salientar que o termo “sementes crioulas” é utilizado, de forma ampla, por diferentes movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos e coletivos que atuam com as sementes e há uma variedade de nomes em cada região/território/comunidade, a exemplo de “sementes da paixão”, “sementes da gente”, “sementes da vida”, “sementes nativas”, “sementes tradicionais”. Os coletivos, que se relacionam com as sementes crioulas, criam espaços para cuidar, compartilhar e celebrar, cultivando refúgios e ressurgências diante do Antropoceno. As sementes crioulas estão

emaranhadas às vidas humanas e geram existências mútuas e complexas cosmoecologias. São, portanto, essas sementes que se distinguem daquelas da *plantation* – controladas pelos grandes proprietários e, posteriormente, pela indústria, transformadas em patentes.

As duas etnografias, que deram base para este ensaio, estão enraizadas em comunidades locais. Uma delas foi realizada na Região Nordeste do Brasil, mais precisamente no semiárido do Ceará, onde as histórias das sementes crioulas são atravessadas pela composição das “Casas de Sementes”, criadas na década de 1970 por agricultoras/es para armazenamento e disponibilização de sementes para o período de plantio, quando as chuvas anunciam sua chegada. A outra foi feita na Região Sul do país, no Sudoeste do Paraná, lugar em que ocorrem festas e feiras de sementes crioulas que se popularizaram no início dos anos 2000, como uma forma de resistência frente ao avanço das sementes transgênicas.

As diferentes formas de circulação de sementes crioulas entre as comunidades possibilitam o cultivo da diversidade de suas roças e quintais. É, portanto, essa relação que buscamos discutir aqui, com intuito de compreender como as práticas de ressurgência holocênica são criadas por meio de composições multiespécies. Consideramos que perceber as vidas biográficas e políticas desses emaranhados permite trazer para a pesquisa as agências de diversos seres e suas implicações (Kirksey; Helmreich, 2020).

Este ensaio está dividido da seguinte forma: na primeira seção, fazemos uma análise mais ampla sobre a violência colonial que se sobrepôs às florestas, aos povos e às suas agriculturas. Discutimos como o controle sobre as sementes é parte central da *plantation* e foi ampliado com o avanço agroindustrial que transformou as sementes em patentes e *commodities*. Argumentamos que o crescimento das monoculturas, em milhões de hectares, é um dos fatores principais da destruição socioambiental no Antropoceno/*Plantationoceno*. Na seção seguinte, abordamos como a Ciência Moderna, a partir da perspectiva hegemônica de conhecimento, tem promovido o avanço do modelo colonial de agricultura e como os saberes de coletivos indígenas, quilombolas e camponeses, têm sido desconsiderados. Em seguida, apresentamos o contexto de realização das duas etnografias e alguns dos principais elementos das relações dos coletivos com as sementes crioulas. A parte final do ensaio é composta de considerações que indicam desdobramentos possíveis da análise aqui realizada.

2 As Violentas Transformações das Agriculturas Holocênicas pelo Avanço do Colonialismo, das *Plantation* e da Revolução Verde

A história das sementes está relacionada à composição da vida no planeta, marcada pelos vínculos constituídos entre os diferentes seres (Carson, 2010). Também a humanidade foi gerada nessas densas redes de compartilhamentos (Dooren; Kirskey; Münster, 2016). Anna Tsing (2019) salienta que a vida depende dessas relações, nas quais ocorre a conjunção entre variadas conectividades de interdependência, que criam coletivos.

A era geológica mais recente, denominada Holoceno, é o período em que emergiram as condições para o surgimento das agriculturas, em que as relações multiespécies cocriaram

territórios sociobiodiversos. Tal interação permitiu que florescessem cosmo-ontologias e conhecimentos complexos entre humanos e outros seres, que geraram múltiplos modos de existência, com distintas formas de práticas de cultivo, coleta, habitação, alimentação e saúde. Essas tecno(eco)logias foram desenvolvidas em diferentes lugares do planeta (Tsing, 2019).

A título de exemplo sobre essas relações, pode-se destacar a discussão de Kistler *et al.* (2018), que, por meio de análises linguísticas, arqueológicas e dos genomas das plantas ancestrais de milho, apresentou como ao longo de mais de 9.000 anos os humanos e essas plantas se relacionaram e tiveram o México como seu centro de dispersão. Esses movimentos permitiram que as sementes de milho chegassem até a América do Sul há 6.500 anos.

Observa-se que se relacionar com as sementes requer práticas minuciosas de atenção aos diversos tipos de vida (Dooren; Kirskey; Münster, 2016). Essas artes de notar nos levam a prestar atenção às habilidades regenerativas da Terra e às conexões entre as diversas formas de vida e os envolvimento entre humanos e outros seres.

As relações multiespécies e as agriculturas holocênicas foram profundamente alteradas com o colonialismo, a partir do século XV e XVI, por meio dos processos de extinção provocados pela *plantation* – como um modelo de agricultura baseado no latifúndio, na escravização, na monocultura e na exportação da produção para as metrópoles europeias. Nesse período, também foi difundida a noção do excepcionalismo humano que marca o controle, a classificação e a categorização dos seres como recursos exploráveis, provocando a eliminação massiva de inúmeras espécies vivas, conduzidas à catástrofe, com uma rapidez sem precedentes.

Lugones (2014, p. 938) demonstra que a imposição do padrão de poder moderno colonial estabeleceu a gestão e o controle sobre os seres por meio da introdução da forma “instrumental da natureza”. Tal concepção antropocêntrica converteu múltiplos entes em objetos manipuláveis, com fins de rentabilidade e de acumulação, afetando, violentamente, a sociobiodiversidade do planeta. Isso criou simplificações dos ecossistemas e bloqueou paisagens multiespécies, exterminando aqueles que não eram vistos como passíveis de transformação para ganhos econômicos, extinguindo seres constituídos ao longo de bilhões de anos de história terrestre.

É dessa forma que, na *plantation*, ao impor um número reduzido de espécies cultivadas em largas extensões, as plantas foram coagidas a crescerem em linhas administradas e, com isso, foram eliminadas, gradativamente, as florestas – definidas como caóticas –, e todas aquelas plantas – decretadas como ervas daninhas¹ –, animais e outros entes, que não são vistos como espécies lucrativas. Conseqüentemente, foi sendo extraída a vitalidade da terra, das águas e do ar, diminuindo o campo de relacionalidade entre espécies devido à extinção em massa da sociobiodiversidade (Tsing, 2019).

Cabe salientar que o excepcionalismo humano forjado nesse paradigma foi aticulado também ao racismo e ao eurocentrismo. Conforme aponta Kilomba (2019), o racismo

¹ Carson (2010) explica que essas noções remetem, em geral, às plantas silvestres que não são vistas com alguma utilidade imediata e, portanto, não são cultivadas, e sua presença pode ser considerada indesejável ou indiferente, e, por isso, são condenadas à destruição imediata. Situação semelhante também ocorre com os animais, por exemplo, os insetos e as aves. Atualmente, essa eliminação ocorre pela aplicação de agrotóxicos, substâncias que afetam os seres diretamente alvos da pulverização e todos aqueles ao alcance dos resíduos desses produtos químicos.

foi a base do empreendimento colonial ao estabelecer hierarquizações em que povos indígenas e africanos foram submetidos a estruturas discriminatórias, que atribuíram humanidade apenas aos homens brancos, europeus, cristãos e heterossexuais, enquanto sobre os demais povos foram estabelecidas categorizações como selvagens, primitivos, bárbaros e irracionais, desumanizando-os.

Dessa forma, aquelas pessoas consideradas como não brancas foram violentamente destituídas da terra pelo genocídio e pela escravização nas *plantations*. Fanon (2005) analisou a brutalidade dessas ações militares, executadas pelo Estado colonial, que destruíram modos de vida, formas de pensamento e os territórios de coletivos afro e indígenas.

A *plantation* foi, portanto, o principal motor da expansão colonial europeia que produziu um modo de controle sobre o globo, mediante o mercado de distribuição internacional de produtos (Tsing, 2015). Trata-se de um padrão de poder que maximiza a velocidade de replicação, por meio do disciplinamento e da coerção dos entes, transformando-os em recursos e “removendo-os de seus mundos de vida” (Tsing, 2019, p. 235). São, portanto, projetos escaláveis que são expandidos para diferentes lugares do globo, com foco no crescimento e no lucro (Tsing, 2019).

Com isso, as mercadorias produzidas nas colônias foram escoadas para o abastecimento dos países centrais do sistema-mundo moderno colonial, que acumularam lucros enormes, enquanto nas periferias foram geradas misérias extremas (Quijano, 2005). Sobre esse aspecto, Fanon (2005) observou que, enquanto os lugares que foram subdesenvolvidos com o colonialismo atravessaram situações de uma geografia da fome, as elites dos países colonizadores (ou mesmo as elites internas dos países colonizados) mergulharam na opulência ostensiva, construída pela violência do extrativismo do trabalho das pessoas que foram escravizadas e da riqueza arrancada da terra das regiões colonizadas.

A situação colonial e a colonialidade que é perpetuada demonstram como esse sistema retirou e segue retirando seus bens dos países colonizados. No termos de Fanon (2005), a história da colonização é de pilhagem, roubo e violação. Ainda sobre essa questão, Ferdinand (2022) demonstra que tais encadeamentos produziram uma maneira violenta de habitar a Terra – o habitar colonial – por meio da destruição de modos de vida de povos e dos ecossistemas.

Esse padrão de poder operou (e segue operando) sobre codificações (Deleuze; Guattari, 1997) das diversidades existentes, desmantelando modos de existência dos povos da terra e dos demais seres, impondo sobre eles um tipo de codificação, regido pelo Estado e pelo mercado, que transforma os territórios desses coletivos em propriedade privada, difundindo a produção monocultural de *commodities* e do pensamento.

Mesmo com a abolição da escravização no século XIX, a *plantation* não parou de funcionar, perpetuando-se por meio das formas de exploração e de precarização do trabalho; da concentração de terras e do avanço das monoculturas sobre as áreas de florestas e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Com isso, esses povos foram perdendo o direito de permanecer em seus lugares de vida e impedidos de realizar suas ecologias de práticas e saberes (Stengers, 2005), que incluem uma diversidade de modos de existência.

Ao longo de séculos, essas violências coloniais foram escamoteadas e elaboradas como narrativas oficiais, em nome daquilo que os colonizadores definiram como civilização, progresso, crescimento e desenvolvimento. Essas noções têm como base a concepção da flecha do tempo única, linear e universal, que se move das comunidades que foram classificadas como “selvagens e primitivas” para as sociedades “modernas”, cujo ponto de chegada são aquelas euro-norte-globais (Stengers, 2009).

Tal modelo colonial e capitalista da *plantation* foi ampliado em escala, velocidade e sincronidade após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo, com a denominada Revolução Verde, que provocou a grande aceleração e a expansão agrícola-urbano-industrial. Nesse contexto, o controle econômico, político, social e ambiental da produção intensificou-se com a criação dos oligopólios agroindustriais que difundiram agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, realizaram modificações laboratoriais de sementes (híbridas e, em seguida, geneticamente modificadas) e adaptações das máquinas de guerra para a mecânica da agricultura. Com isso, passa a ser disseminada, internacionalmente, uma forma de fazer agricultura altamente dependente de insumos exógenos, processados e transportados em largas distâncias, provocando intensa poluição.

Esse modelo de desenvolvimento recebeu/recebe vultosos investimentos públicos aportados por governos, além de financiamentos de instituições internacionais e de corporações, por meio dos quais Estado, Mercado (Indústria) e Ciência se interligam com o intuito de produzir e de difundir tal padrão agroindustrial. De acordo com Bonneuil *et al.* (2011), entre os principais eventos que marcam esse período, destaca-se a produção industrial de sementes (e grãos) de soja, milho e trigo, definidos como *commodities* no mercado internacional.

Esses arranjos passaram a ser nomeados como agronegócio, que remete a uma agricultura monocultora, ampliada em escala e velocidade, centrada em cadeias longas de processamento e de distribuição de produtos ultraprocessados, controladas pelos impérios constituídos pelas corporações transnacionais, que bloqueiam, cada vez mais, a autonomia e a diversidade de cultivos das comunidades locais (Ploeg, 2008). Tal expansão das monoculturas está conectada também ao aumento vertiginoso da produção industrial de carne (fundamentalmente, frangos, porcos e gado), ligada à disseminação de megacidades, em todos os continentes, globalizando o modelo estadunidense de crescimento (Haraway, 2018).

No Brasil, esse pacote tecnológico passou a ser propagado durante as décadas de 1960 e 1970, período da Ditadura Militar, tendo como consequência a concentração, cada vez maior, da terra e do poder político e econômico, provocando intenso êxodo rural em todas as regiões do país (Palmeira, 1989). De acordo com Krenak (2019), essa aceleração da modernização arrancou ainda mais as pessoas do campo e da floresta, deslocando-as de seus coletivos, lugares de origem e da terra, jogando-as em periferias urbano-industriais, precarizando a vida.

Em consequência das devastações provocadas pelo avanço do extrativismo, das *plantations* e da industrialização, vêm ocorrendo intensas mutações climáticas em escala planetária. Elas são observadas na contaminação, envenenamento, esgotamento e exaustão da terra, da água, do ar; na simplificação dos ecossistemas e na morte de pessoas e de outros seres. Diversos cientistas têm denominado o atual período, em que

ocorrem profundas alterações geológicas da Terra, provocadas pelas atividades humanas, como Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000). No entanto, Haraway (2016, 2018) e Tsing (2019) consideram que caberia bem mais nomeá-lo como Plantationoceno, pois as destruições são decorrentes da homogeneização da biota da Terra, provocada pelo modo de produção que reduziu as interações multiespécies holocênicas e, com isso, ameaça a habitabilidade, pela destruição dos “espaços-tempos de refúgio” (Haraway, 2016, p. 144).

Haraway (2018) demonstra que, nas últimas décadas, intensificaram-se as operações de controle e normatizações impostas para o avanço urbano-industrial e a criação de metrópoles em todos os continentes. Nesse contexto, ocorrem modelagens globalizantes, que definem quais seres são forçados a nascer – para a maximização e a acumulação de lucros – e quais são aqueles forçados a desaparecer – submetidos às políticas de morte, de genocídio e ecocídio, perpetuadas pelas forças de repressão do colonialismo, dos Estados-Nação e daqueles que concentram o capital. A autora explica que tal época é marcada por multiplicações do viver e do morrer sem precedentes, conectadas à reprodução de uma estrutura desigual de riqueza e de consumo.

Frente a esse processo em curso, concordamos com Ferdinand (2022) que há uma relação entre o colonialismo, a escravização e as sistemáticas agressões ambientais. Tal padrão de poder segue sendo perpetuado e intensifica as mutações climáticas em escala planetária, de forma cada vez mais acelerada. Também Tsing (2016) tem analisado como as *plantations* movem patógenos e são criadoras de virulências, provocando devastações no planeta. Esse novo regime climático, segundo Latour (2020), está no centro dos problemas geopolíticos, ligados às injustiças e às desigualdades, e que, no entanto, está varrendo as fronteiras nacionais e seus muros, em razão da erosão, poluição, destruição dos *habitats*, etc. O autor chama a atenção para como os planos de modernização e de desenvolvimento não são compatíveis com o planeta. Em seus termos, os modernos seguem saqueando o solo, usando e abusando dele e, assim, a Terra começou a revidar de forma cada vez mais violenta às suas investidas.

Na próxima seção, analisamos como a Ciência Moderna (régia) está intrinsecamente ligada às *plantations* e como as formas distintas de ecologias de práticas e ciências experimentais são fundamentais para fortalecer alianças contracoloniais (Santos, 2015) entre os povos da terra, das águas e das florestas para que se possa criar outros modos de habitar o planeta.

3 A Ciência Moderna e a Propriedade Industrial das Sementes

Nesta seção, discutimos como as sementes, que permitiram a emergência das agriculturas holocênicas, passaram por processos de captura com o avanço das *plantations*, por meio da classificação e da hierarquização daquelas que deviam ser reproduzidas nas monoculturas e de outras que seriam eliminadas como pragas. Nos propomos a abordar, ainda, como a Ciência Moderna – instituída a partir do século XVI – participa de procedimentos ligados ao controle das sementes e dos seres que foram definidos como recursos. A racionalidade moderna está fortemente ligada ao poder colonial que estabeleceu a racialização dos povos e, nessa classificação, “[...] qualquer forma de saber

que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada” (Kilomba, 2019, p. 53).

No contexto da *plantation*, das monoculturas, as sementes passam pelo controle biopolítico de vida e morte, pois algumas delas são forçadas e coagidas a existirem – em estruturas industriais de larga escala de reprodução do capital –, enquanto outras são eliminadas por meio de pulverizações cada vez mais intensas de agrotóxicos, já que foram concebidas na linha ontológica ocidental e colonial do não ser. Nesse padrão de poder e de produção, poucas espécies e variedades de sementes são confinadas e manejadas para maximizar a fertilidade (Tsing, 2015). Além disso, Coccia (2018) analisa como a sociedade moderna fala pouco das plantas e quase não sabe seus nomes, sendo que, nas metrópoles, elas são tratadas como bibelôs e, fora desses muros, a maioria delas é considerada erva daninha.

Stengers (2009) assinala que a transformação da terra em propriedade privada provocou a destruição dos meios de vida e de inteligências coletivas, concretas e situadas, ligadas aos modos de existência comuns dos quais todos os seres dependiam. A autora afirma que ocorreu uma “operação de erradicação cultural e social”, cometida em nome da “civilização” e da “razão”, em que a destruição de humanos e de outros seres, nos territórios, está associada à eliminação correlata de seus conhecimentos (Stengers, 2017, p. 9). De maneira semelhante, Lugones (2014, p. 938) enuncia que o colonialismo apagou práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem e do cosmos.

Para Shiva (2003), a imposição do saber ocidental dominante, estipulado como único e universal, provocou a erosão dos saberes de diversos povos da terra, submetendo-os a políticas de eliminação e de invisibilização. Essa estrutura de poder, expressa pela violência epistêmica da colonialidade do saber, desqualificou conhecimentos de coletivos definidos como não modernos, declarando-os inválidos, mesmo quando se apropriou deles sem os reconhecer como emergentes em contextos não eurocêntricos (Kilomba, 2019).

Nos termos de Latour (1994), aqueles que se definiram como modernos estabeleceram categorizações e separações dicotômicas entre aquilo que designaram como racional e irracional, falso saber e verdadeira Ciência, humano e não humano. Essa classificação permeou também oposições entre o que foi definido como sociedade e natureza, impondo uma concepção antropocêntrica – feita em termos da afirmação da superioridade humana, em oposição aos outros seres – que difunde um paradigma que transforma tudo em recurso (Tsing, 2019). Nessa racionalidade hegemônica, uns se sentiram “livres para estudar e categorizar outros” (Stengers, 2017, p. 2).

Desse modo, a imposição da Ciência Régia (com C maiúsculo), centrada no Estado e no mercado global, se autoafirmou como superior frente a outros sistemas de saberes, associados a diversos povos, aos quais foi atribuída a irracionalidade e a crença (Stengers, 2017). Foi outorgada racionalidade somente ao que era elaborado por elites intelectuais europeias (Federici, 2017). Tsing (2019) argumenta que a Ciência Moderna se pauta no excepcionalismo humano, em uma concepção de Homem, o qual se considera autônomo e soberano em relação aos outros existentes. Os demais seres, definidos como não humanos, passaram a ser vistos como fontes de matérias-primas para a acumulação do capitalismo mundial. Essa suposta superioridade do *Homo sapiens* nega as interdependências multiespécies, o que fica visível no controle da *plantation*.

De acordo com Shiva (2003), a partir desse saber científico dominante, produziu-se também uma monocultura mental, análoga à monocultura da *plantation*, que tenta fazer desaparecer os conhecimentos plurais e multidimensionais. Dessa maneira, são ocultados milênios de saberes dos diversos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Tais conhecimentos ancestrais, ligados aos distintos modos de fazer agriculturas, foram julgados como obstáculo à produção de mercadorias coloniais. Essa economia do conhecimento hegemônica torna-se a base da formulação régia da Ciência Moderna (Stengers, 2009).

Também as sementes, cultivadas ao longo de milhares de anos, nas agriculturas holocênicas, foram consideradas ineficazes, primitivas e inferiores – pela perspectiva eurocêntrica do ser, do saber e do poder –, mesmo quando seu valor nutricional é comprovadamente maior (Shiva, 2003). Desse modo, o modelo de agricultura da *plantation* foi ampliado em escala e em padronização ao operar sobre a propriedade industrial das sementes.

No último século, as sementes foram, cada vez mais, objetificadas, manipuladas e transformadas em mercadorias ao serem inseridas nos sistemas das corporações, por meio do registro de patentes. Sobre esse aspecto, Shiva (2003) discute como a engenharia genética e a biotecnologia passam a privar as sementes de suas capacidades autorregenerativas e de reprodução, colonizando-as por meios técnicos. Frente a isso, a cada novo ciclo de plantio, as famílias agricultoras são obrigadas a comprá-las dos oligopólios pagando *royalties*. Conforme salienta a autora, tal apropriação dos processos vitais das sementes tem sido uma das violências fundamentais sobre as agriculturas dos povos, principalmente daqueles do chamado “Terceiro Mundo”. Em oposição, as organizações camponesas, em diversos lugares do mundo, denunciam as multinacionais das sementes pela produção de dispositivos técnicos que manipulam as sementes para a esterilização a partir da segunda geração.

Também Stengers (2009) analisou como as sementes foram transformadas em propriedade privada industrial, instituída na década de 1990, nos Estados Unidos da América, por intermédio da lei que autorizou o registro de patentes de organismos vivos. Ainda sobre essa forma de poder, que captura a agência das sementes, a autora discute como foi exacerbada a apropriação no final do século XX e início do XXI, a partir da produção de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, sementes que contêm genes modificados e resistentes, por exemplo, a herbicidas. Tal domínio foi instaurado por meio de pressões internacionais, como da Organização Mundial do Comércio (OMC), de multinacionais e seus *lobbys*, combinadas com a promulgação de leis pelos Estados.

Shiva (2003) explica como o sistema agroindustrial passou a controlar as sementes e inseriu no mercado variedades denominadas como de alto rendimento (VAR) que, no entanto, são altamente dependentes de adubos químicos e agrotóxicos. Para referir essa dependência, Shiva (2003) as considera como variedades de grande receptividade (VGR). A autora discute como as corporações multinacionais visam, cada vez mais, criar formas universais e globais de controle das sementes, enquanto aquelas sementes que circulam de outras maneiras pelo mundo, ligadas às formas contextuais e relacionais de agriculturas, são eliminadas, definidas como inferiores e consideradas como empecilho

para o crescimento monocultural. Isso provocou a erradicação de milhares de sementes tradicionais que compunham as roças de coletivos camponeses, indígenas e quilombolas.

Cabe salientar que as sementes passaram para o domínio industrial mediante ações fomentadas por institutos de pesquisa públicos e privados, pelo crédito agrícola e pela extensão rural, subsidiados pelo Estado, com investimento público. No Brasil, assim como ocorreu em vários outros países, essas sementes foram difundidas pelo Estado, em consonância com empresas multinacionais dos Estados Unidos da América (Carvalho; Nodari; Nodari, 2017).

Como já discutimos, esse controle industrial da agricultura (e também da silvicultura e produção animal) acelerou a destruição das florestas e expulsou da terra aqueles coletivos humanos que não adotaram essa forma de produção (do pacote tecnológico) e que são classificados como atrasados (Shiva, 2003). Além disso, essa padronização, que amplifica o modelo monocultural da *plantation*, torna as plantas cada vez mais vulneráveis a todo tipo de doenças, provocando o aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos que são pulverizados sobre as lavouras, por via aérea e terrestre, acarretando ainda mais destruição de relações multiespécies.

Frente a essas aceleradas devastações dos ecossistemas e extinções em massa, em escala planetária, há a necessidade de engajamentos em experimentações que busquem criar possibilidades de um futuro que não seja catastrófico. Nesse sentido, há urgência de articulação entre as ecologias de práticas e saberes dos coletivos e as ciências experimentais, que se opõem a formulações gerais e consensuais de um modelo universal da Ciência Moderna (Stengers, 2009).

Quando consideramos as dinâmicas das agriculturas dos povos, constata-se que, ao longo de milhares de anos, elas foram realizadas sem sementes industriais e transgênicas, a partir de conhecimentos locais integrados aos ecossistemas (Toledo; Barrera-Bassols, 2008; Tsing, 2019). Os povos indígenas, quilombolas e camponeses resistem, desde há 500 anos, às violências coloniais, por meio de outras formas de fazer agriculturas, criadas nas margens da *plantation* e ligadas às relações multiespécies. Os refúgios e as ressurgências dessas agriculturas holocênicas são parte das lutas por descolonização e contracolônização (Santos, 2015). Também as ciências experimentais, como a agroecologia, abrem possibilidades de se compreender outros modos de existir, ao reconhecer socialidades nas quais os seres estão vinculados uns aos outros, de forma variada (Wedig; Ramos, 2023).

Nos interessa, portanto, discutir, a partir de duas experiências etnográficas, como as sementes crioulas compõem as agriculturas de coletivos e constituem formas de resistências às *plantations*, cultivando outros modos de habitar o planeta, em que, ao invés da destruição massiva de seres, fazem ressurgir alianças multiespécies nas roças e quintais.

4 Semear, Cuidar e Compartilhar: (re)criando ressurgências com as sementes crioulas

Mesmo com a onipresença das *plantations*, elas não estão em todas as partes, e em suas margens (r)existem refúgios de paisagens multiespécies (Tsing, 2016). Os coletivos que cultivam ressurgências, diante do intenso processo das mutações climáticas do Antropoceno/Plantationoceno, são aqueles que seguem ligados à terra e que foram classificados, pelo colonialismo, como sub-humanidade, a saber, os povos indígenas, quilombolas, caiçaras, quebradeiras de coco, seringueiros, assentados e acampados de reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, camponeses e outros (Krenak, 2019). São povos que cultivam relações com a terra, a água e a floresta e com diversos seres que compõem suas cosmo-ontologias.

Nesse sentido, o que propomos nesta seção é contar histórias de alianças com as sementes crioulas, feitas por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, em duas diferentes regiões do país, que estabelecem (r)existências frente ao avanço violento das sementes (transgênicas), difundidas pelos oligopólios agroindustriais multinacionais e pelos Estados Nacionais. Entendemos que é nas margens da *plantation*, das monoculturas, que se estabelecem resistências e cocriações outras, marcadas por intensas relações multiespécies (Tsing, 2019). Discutimos, portanto, como coletivos têm cultivado agriculturas holocênicas em oposição ao agronegócio e suas *plantations*. Para os coletivos dos locais envolvidos nas pesquisas o valor mais essencial é a terra e seus modos de vida comum, sendo reconhecida como a matriz do mundo (Ferdinand, 2022), com a qual se estabelece uma cosmopolítica e se criam alianças entre humanos e outros seres. A terra enreda territórios nos quais são acionados diversos modos de existência e de conhecimentos.

Um componente central dessas (r)existências é a manutenção das sementes crioulas, que permitem o cultivo de suas agriculturas. Nas duas pesquisas de campo, as quais apresentamos a seguir, pode-se observar inúmeras estratégias para compor mundos com as sementes. É possível perceber como regiões distintas, como o Nordeste e o Sul brasileiros, estão conectadas, cada uma à sua maneira, pelas estratégias de cultivo, cuidado, armazenamento e compartilhamento das sementes crioulas, relacionadas aos modos de vida dos povos.

Na pesquisa de campo realizada por umas das autoras deste artigo (Lopes, 2022), o principal objetivo foi apreender as dinâmicas associadas às Casas de Sementes organizadas de forma coletiva no semiárido do Ceará, desde a década de 1970. As primeiras Casas de Sementes, ou Bancos de Sementes, como eram chamados à época, são parte de um trabalho coletivo que envolvia agricultoras/es, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e líderes da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação e à Teologia da Enxada² e que se iniciou na região de Tauá, Ceará, se expandindo para todo o estado.

As Casas de Sementes se localizam na região do semiárido brasileiro, onde há baixo nível de umidade, escassez de chuvas anuais, precipitações irregulares durante

² Trata-se de orientações teológicas populares, consideradas como emergentes da realidade do povo, especialmente a partir das populações empobrecidas, residentes nas periferias urbanas e no meio rural, e que podem ser caracterizadas como progressistas no âmbito da Igreja Católica (Calado, 2018).

o ano, longos períodos de carência hídrica, solos parcialmente salinos e ausência de rios perenes (Ab'Sáber, 1999). Contudo, para além das descrições edafoclimáticas, há outras problemáticas que atravessam a vida das populações camponesas, a exemplo da concentração colonial das terras.

As condições precarizadas de vida no campo foram um dos motes da organização das Casas de Sementes pelas famílias agricultoras, para garantir o acesso à documentação, à terra e a outros direitos. No que se refere diretamente às sementes, a cada período de plantio, as famílias enfrentavam problemas de acesso, sobretudo, porque viviam na condição de empregadas/os nos latifúndios e, para conseguir as sementes, era necessário trabalhar primeiro para o “patrão”, quem controlava a terra, o trabalho das/os agricultoras/es e a própria produção nos roçados.

Como o período de chuva no semiárido é bem delimitado, muitas vezes, as famílias agricultoras perdiam o momento do solo molhado, inviabilizando o plantio dos seus roçados e, com isso, ficava ameaçada a sua provisão de alimentos. Não poder plantar para si é não ter alimentos e nem reservas de sementes para o próximo plantio, o que aprofundava as relações de dependência com o “patrão”. Em uma carta datada de 1976, é possível compreender tal situação a partir das palavras do agricultor cearense Antônio Sabino:

Então, o que fazia [quando a chuva chegava]? Ia na casa de um proprietário [“patrão”] aventureiro que sempre guarda para essa ocasião. Acontece, então, que chove pela noite, o pobre levanta pelas 5h da manhã e vai lá. Chega e diz: “seu fulano, me arrume um legumezinho para eu plantar”. Ele responde: “trouxe a enxada para trabalhar?”. Ele [o agricultor] diz: “não”. O proprietário fala: “pois vá buscar que de tarde leva [as sementes]” (Esplar, 2015).

Eram essas as condições impostas às/aos agricultoras/es e que motivaram o trabalho coletivo com as sementes. De acordo com o Padre Holmes, uma das lideranças nas décadas de 1970/1980, na região de Tauá, Ceará: “[...] se o pessoal tivesse a semente, aí não precisava pedir dinheiro emprestado ao patrão. E aí poderia trabalhar com um pouco mais de liberdade” (Esplar, 1992, p. 14). No período em que começou a organização das Casas de Sementes, o contexto era de vigilância e de repressão da Ditadura Militar, no qual o Batalhão de Emergência³ ia “desorganizando o povo todo”, com perseguição, prisões de religiosos e de agricultoras/es, visando conter os esforços a quaisquer possibilidades de transformações fundiárias.

Nesse contexto, as sementes eram parte da mobilização social, ligadas a um problema anual enfrentado pelas famílias agricultoras, a saber, “a dependência das sementes do patrão” e, conseqüentemente, a garantia de alimentos. Desse modo, passaram a se reunir todos os sábados, “[...] num salãozinho discreto lá no Alto Brilhante, cada um trazia um pouquinho de feijão, de jerimum, o que tinha para partilhar na hora do almoço” (Esplar, 1992, p. 26). Assim, as Casas de Sementes “nunca foram só sobre sementes”, ali se conversava de “tudo”, sobre como conseguir sementes, como armazená-las, os desafios da seleção, a dificuldade de conseguir ferramentas e também sobre análises da

³ Refere-se à ação do Exército, responsável por vigiar as obras da seca no Nordeste, assim como as organizações políticas da região.

conjuntura municipal, quem eram os donos da terra ou os “patrões”, o mapa fundiário da região, o Estatuto da terra, aprovado em 1964, entre outros assuntos.

Portanto, as Casas de Sementes e o direito à terra são continuidades. De acordo com as/os agricultoras/es envolvidas/os na pesquisa e participantes do armazenamento coletivo de sementes na região de Sobral, Ceará, a principal importância desses espaços é que eles trouxeram “autonomias das sementes do patrão”, mesmo que parcela significativa das famílias ainda viva nas chamadas “terras dos patrões”. Dessa ótica, elas evidenciam as relações assimétricas de poder estabelecidas entre “patrões”, agricultoras/es e sementes, imputando formas específicas de viver e de habitar. Contudo, ainda que determinadas condições permaneçam, não há dúvidas sobre a importância do acesso garantido às sementes. As práticas e os saberes agrícolas com as sementes permitem novos contornos na relação com terra e com os demais seres que habitam as roças e quintais, abrindo questionamentos que outrora eram inimagináveis.

Hoje, existem na região de Sobral, Ceará, 231 Casas de Sementes, envolvendo mais de 5.000 agricultoras/es, assentadas/os da reforma agrária e quilombolas, que têm organizado estratégias coletivas com as sementes crioulas nesses espaços. O armazenamento inicia-se com uma seleção prévia das sementes. No milho, por exemplo, são escolhidas somente as sementes do meio da espiga e que não apresentam danos, consideradas “as mais bonitas” e as “mais saudáveis”. Após a seleção, são armazenadas em vasilhames à espera do próximo plantio. Esse processo cíclico é parte do modo de (re)produção da vida da agricultura camponesa da região. Além do estoque de sementes, as Casas são reconhecidas pelas/os agricultoras/es como espaços de organização política, social e econômica.

Ao longo do tempo, variedades dadas como desaparecidas, em consequência das limitações de plantios e também das secas prolongadas, que têm se intensificado na região, foram reaparecendo, devido aos pequenos estoques domésticos que perduraram, já que as/os agricultoras/es mencionaram que a prática de armazenamento de sementes, em suas moradias, ocorre desde “sempre”. Também é fundamental o trabalho compartilhado na identificação de variedades, e o aprendizado de novos conhecimentos e técnicas, que passam a envolver a atuação de distintos agentes, como as ONGs, com destaque para o Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, integrante dessa história na região desde a década de 1970. Dessa forma, a “autonomia das sementes do patrão” é também compreendida como parte de uma agir coletivo que envolve múltiplos atores, os quais se agregam nas Casas de Sementes.

Observamos que os saberes e os aprendizados coletivos nesses espaços seguem se transformando ao longo do tempo. As práticas com as sementes suscitam ações para fazê-las “pegar novamente”, porque como ensinam as/os agricultoras/es, as sementes “mais bonitas” e “mais saudáveis” pertencem ao que virá, anunciando possibilidades de criar mundos e ciências e de resistir às catástrofes que assolam a Terra.

Figura 1 – Casas de sementes na região de Sobral/Ceará



Fonte: Lopes (2022)

Já a pesquisa com sementes crioulas, desenvolvida na Região Sudoeste do Paraná, ocorreu com guardiãs e guardiões que as cultivam e as compartilham em festas e em feiras específicas (Silva Costa, 2023). Esses eventos passaram a ser organizados a partir do início do século XXI, quando as famílias agricultoras vivenciaram o avanço da difusão dos transgênicos em todo o território nacional. Foi no III Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em 2003, que a Via Campesina lançou a campanha intitulada “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” para salvaguardar as sementes crioulas. Em conexão com essa discussão, na referida região, as/os agricultoras/es passaram a organizar eventos anuais, para que pudessem compartilhar sementes, ampliando a biodiversidade de suas roças e quintais.

As festas regionais de sementes crioulas são espaços de compartilhamento em que nada é comercializado. Nelas se reúnem camponeses, indígenas e quilombolas que passam a integrar coletivos em defesa de seus territórios. Nessas celebrações, as sementes são percebidas como dádivas, contrapondo-se ao controle industrial (Silva Costa, 2023).

Desde o ano de 2004 se organizam e se celebram as festas e as feiras de sementes crioulas anualmente. Na Região Sudoeste do Paraná, elas foram inspiradas na Festa do Milho Crioulo de Anchieta, Santa Catarina, que ocorre desde o ano 2000. As duas primeiras edições da festa na região ocorreram na cidade de Francisco Beltrão, Paraná, e, a partir da terceira edição, a festa tornou-se itinerante, permitindo que ela fosse realizada em diferentes territórios. A cada edição da festa, as pessoas interessadas em sediar a próxima se dirigem ao palco e apresentam as justificativas para que seu município

seja escolhido. A escolha do local fica a cargo do Fórum Regional das Organizações de Movimentos Sociais, que congrega diversos coletivos na região.

Cada uma das edições da festa tem um tema que orienta as atividades a serem realizadas durante o evento. Assim, as seguintes temáticas compuseram os encontros: 1º) *Garantir a reprodução da vida*; 2º) *Pela liberdade das sementes: sem monopólio, sem monoculturas, sem agrotóxicos, sem transgênico*; 3º) *Sementes: autonomia x dependência*; 5º) *Sementes na mão, alimentos para a nação*; 7º) *Proteger a semente é proteger a vida: sua escolha faz a diferença!*; 8º) *Sementes crioulas: passado, presente e futuro*; 9º) *Agroecologia vida e agrotóxicos morte*; 10º) *Sementes: este patrimônio é nosso!*; 11º) *Sementes crioulas: produzir, multiplicar e partilhar*; 12º) *Sementes livres: socialização da riqueza e controle popular*; 13º) *Sementes da resistência: construindo o projeto popular*; 14º) *Semeando biodiversidade, colhendo comida saudável para o campo e a cidade*; 15º) *Sementes da resistência: compromisso das gerações*; 16º) *Partilhar sementes, plantar resistência e cultivar o projeto popular*; 17º) *Sementes crioulas: resistindo, partilhando e preservando*; 18º) *Multiplicar a diversidade, como ferramenta de combate à fome*.

Cabe salientar, que a definição de cada temática resulta das reivindicações e das demandas das comunidades da região (Henn; Grígolo, 2014). Nas imagens que seguem, apresentamos a divulgação de duas das festas de sementes crioulas.

Figura 2 – Cartazes de duas festas regionais de sementes



Fonte: Assesoar (2023)

Uma das festas acompanhadas durante a pesquisa, a 17ª edição, ocorreu no município de Mangueirinha, no ano de 2022. Nesse município, está localizada a Terra Indígena (TI) Mangueirinha, onde vivem povos Guarani e Kaingang. A escolha desse local se deu com o objetivo de chamar a atenção para o debate do marco temporal, que ocorria na esfera nacional, além de ressaltar a importância dos povos indígenas na defesa da sociobiodiversidade.

As atividades iniciaram com um café da manhã coletivo e cada grupo que chegava trazia alimentos para serem compartilhados. Havia um espaço da cozinha em que foram preparadas as refeições por pessoas voluntárias. Quando todas/os já se encontravam no grande salão comunitário, iniciou-se a mística, que, na ocasião, contou com a presença

de crianças que jogavam sementes para o alto com peneiras, representando a abundância das colheitas. Ainda pela manhã, ocorreu um seminário sobre resgate e conservação de sementes crioulas com um professor pesquisador. Após essa atividade, as pessoas interessadas em sediar a próxima edição do evento fizeram as suas apresentações, às quais o público reagiu com entusiasmo. Sediar a festa das sementes é uma forma de reforçar os compromissos locais com a sociobiodiversidade.

Também ocorreu um momento emblemático em que uma antiga família guardiã compartilhou um cesto com diversas sementes crioulas com uma família guardiã iniciante no processo de salvaguarda de sementes. Esse gesto é um compromisso de continuidade assumido por todas/os as/os participantes da partilha, visando garantir que as sementes continuem circulando pelas roças, quintais e festas. Para Grígolo (2016, p. 196), “[...] o comprometimento assumido não é [apenas] com aquele que lhe doou as sementes, mas com todas as pessoas presentes, um compromisso de cuidar das sementes. A troca é um compromisso”.

Em seguida, foi realizada a leitura da carta-manifesto dessa edição, na qual os coletivos presentes expuseram suas preocupações com a destruição da biodiversidade e o desmonte de políticas públicas destinadas à agricultura familiar camponesa. Após a bênção das sementes, realizadas por padres católicos, foi liberado o espaço da partilha das sementes, e as/os participantes percorriam grandes mesas cobertas de diversas sementes. As/os agricultoras/es que entregaram sementes à organização de suas caravanas receberam uma fita roxa que permitia a entrada antes do público geral. Isso foi feito como uma forma de recompensar aquelas/es que trouxeram sementes e de incentivar outras/os participantes a levarem sementes nas próximas edições da festa. Em seguida, o espaço foi aberto para o público em geral. Em instantes, uma imensa fila se formou e as mesas que antes estavam cheias de cores, com as mais diversas variedades de sementes, ramos de mandioca e ovos ficaram quase vazias. As imagens a seguir retratam a busca por sementes pelas/os participantes da festa.

Figura 3 – Momento da partilha das sementes na 17ª Festa Regional das Sementes



Fonte: Silva Costa (2023)

Durante a partilha, foi possível ver a alegria daquelas/es que conseguiram as sementes que desejavam. Essas festas são apontadas pelas/os agricultoras/es como o principal espaço para acesso à diversidade de sementes, que passam a ser cultivadas em suas roças e quintais. Para quem participa da organização da Festa há 18 anos, como a ONG Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar), partilhar as sementes é fortalecer o cuidado para que elas possam permanecer com os coletivos que as cultivam, opondo-se ao controle realizado pelas empresas multinacionais. Além disso, as festas são espaços de celebração, de comer juntas/os, de música, de sacralização/benção das sementes, de conversas e de compartilhamentos (Silva Costa, 2023).

Essas experiências com as sementes crioulas, em dois distintos contextos, seja no Nordeste ou no Sul do Brasil, podem ser percebidos como ressurgências de agriculturas holocênicas, e como ecologias de práticas e saberes, ligadas à perspectiva rizomática⁴. É por meio das sementes crioulas que é possível observar reconexões com aquilo do que fomos separados pelo colonialismo e pela *plantation*, reconhecendo o caráter animado da Terra, que respira. Nessas agriculturas camponesas, residem as práticas de reativação, de recuperação e de regeneração daquilo que foi envenenado pelas monoculturas e pela modernização/industrialização da agricultura (Stengers, 2017).

A organização das Casas e das Festas de Sementes Crioulas podem ser entendidas, nos termos de Haraway (2016, p. 141) como união de “[...] forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis [...]”, em um “[...] renovado florescimento generativo”. Trata-se de práticas que buscam reestabelecer as conexões entre humanos e outros seres, exercendo responsabilidades mútuas, reintegrando os vínculos com os ecossistemas, que são a base das práticas agrícolas ancestrais e que foram rompidas com o advento da agricultura colonial.

Conforme destaca Tsing (2019), é preciso atentar para os mundos sociais que outras espécies ajudam a construir. As relações com as sementes crioulas evidenciam socialidades multiespécies, constituindo o que a autora definiu como ritmos polifônicos das paisagens, que envolve muitas histórias conjuntas. Observa-se que, nos modos como as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas cultivam suas sementes, estão presentes artes de perceber, pois estão implicadas com aquilo que é capaz de ser conhecido e sentido. Nessas organizações, ocorrem lutas por mundos que requerem levar outras alteridades a sério (Dooren; Kirskey; Münster, 2016), e onde as sementes crioulas estabelecem coexistências.

5 Considerações Finais

Neste ensaio, discutimos como as agriculturas holocênicas foram profundamente alteradas com as *plantations*. Damos ênfase, principalmente, às sementes crioulas que tiveram suas variedades erodidas cada vez mais por uma agricultura moderna e industrial,

⁴ O conceito de rizoma foi proposto por Deleuze e Guattari (1995, p. 32) e remete a inter-relações de diversos agentes, saberes e práticas, nos quais pode ocorrer a conexão “[...] de um ponto qualquer a outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza [...]”. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões e direções movediças. Não tem começo e nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda”.

que as transformou em patentes e *commodities* no mercado internacional, em que o controle feito pelos poderes coloniais seguem vigentes, seja por meio dos latifúndios (“os patrões”), seja no domínio agroindustrial dos oligopólios sobre as sementes transgênicas.

Em contraponto à violência colonial sobre os povos e sua diversidade de agriculturas, apresentamos (r)existências de coletivos que estabelecem alianças com as sementes crioulas e compõem relações multiespécies em seus territórios. Essas relações envolvem ecologias de saberes e práticas de plantio, colheita, cuidado, armazenamento, compartilhamento, celebração e memórias. Desse modo, os povos da terra têm resistido em seus territórios, criando formas de ressurgências e relacionalidades com os seres que coabitam o planeta. Essas conexões são (re)criadas, cotidianamente pelos coletivos que as estimulam por meio da interação nas paisagens, espalhando sementes e cultivando a interdependência entre espécies que propagam a vida na Terra.

No decorrer da pesquisa, nos perguntamos como podem ser amplificadas as reivindicações dessas comunidades com as sementes crioulas que compõem seus territórios, para que elas possam circular livremente, sem o controle das corporações? Esses coletivos criam formas de contestação ao padrão de poder da agricultura moderno colonial, mesmo que não pelo enfrentamento direto, mas por meio de um processo contínuo de composição de espaços coletivos que são criados nas Casas de Sementes, nas festas e nas feiras que ocorrem nas diversas regiões.

Essas agriculturas dos povos, nas quais a sociobiodiversidade não se opõe aos fazeres e saberes agrícolas, permitem o estabelecimento de relações tecno(eco)lógicas com os ecossistemas, envolvendo relações simbióticas entre água, solo, plantas, animais e humanos. Nessa compreensão, as agriculturas compõem as florestas, nas quais habitam inúmeros seres, de onde provêm alimentos diversificados, compostos orgânicos e remédios naturais (Shiva, 2003). Elas estão, intimamente, relacionadas também aos circuitos curtos e descentralizados de produção, de consumo e de comercialização de alimentos, em contraponto às monoculturas e aos sistemas agroindustriais dos impérios alimentares.

Tais coletivos buscam realizar cultivos de alimentos livres de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados, exercendo a soberania alimentar. Desenvolvem também estratégias para identificar o que é bom ou nocivo, envolvendo práticas de cuidado, proteção e compartilhamento de experiências, por meio de formas de sentir, de pensar e de imaginar outras agriculturas. Em seus quintais e roças, são criadas formas de (r)existir por meio de alianças multiespécies, coabitando a terra com os demais seres e gerando ressurgências.

Esses grupos de interconhecimento, compostos na relação com os outros seres nas sociabilidades de parentesco e de vizinhança, reafirmam projetos comuns de coexistência (Godoi; Menezes; Marin, 2009). Seus conhecimentos locais se convertem em elementos-chaves das ressurgências frente ao Antropoceno/Plantationoceno e rompem com o excepcionalismo humano, que é a marca do colonialismo e da modernidade.

Haraway (2018) propõe resistir ao Plantationoceno por meio da *sympoiesis*, que se refere a fazer-com, tornar-se-com, compor-com os demais seres, em relações multiespécies, e romper com a noção moderna que se apropriou de tudo como recurso. Para a autora, é preciso imaginar e praticar a criação de parentes multiespécies para (r)existir frente às

ruínas. Imaginar essa oposição ao Antropoceno só é possível por meio das alianças nas lutas de coletivos que têm feito, há séculos, a resistência a esse modelo do habitar colonial.

As sementes, que permitem o nascimento de plantas nos quintais e nas roças, são aquelas cultivadas pelos coletivos humanos, mas também espalhadas pela sementeira promovida por outros seres – como os pássaros, o vento e a água. Essas paisagens são compostas de distintos entes pela simbiose (Tsing, 2015), constituindo ecologias indomáveis, nos termos de Myers (2022), muito distintas das linhas de controle das *plantations*. Essas composições se opõem ao modelo da escalabilidade e ocorrem nas margens dos projetos da economia do agronegócio (Tsing, 2019). As sementes crioulas, que estabelecem relações com esses coletivos humanos, são cultivadas e compartilhadas há muito tempo, “desde sempre”, como afirmam as/os camponesas/es. Nessas composições, entre humanos e essas sementes, são estabelecidos modos de proximidade, convivência e cuidado mútuo.

Essas agriculturas constroem possibilidades de descolonizar e de contracolonizar o padrão de agricultura moderno – da *plantation* e das *commodities* – e da colonialidade do ser, do saber e do poder. São formas de (r)existências que permitem conectar as pluralidades de experiências e de conhecimentos de diferentes povos que abrem possibilidades para outras formas de habitar e de enfrentar as lógicas extrativas que ameaçam a existência coletiva na Terra.

Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- ASSESOAR – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Últimas Notícias**. 2023. Disponível em: <https://assesoar.org.br/>. Acesso em: 14.jul. 2023.
- BONNEUIL, Christophe *et al.* Outra forma de inovar? A pesquisa ante o surgimento e um novo regime de produção e regulamentação do conhecimento em genética vegetal. *In*: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência, sociedade. Brasília, DF: MDA, 2011. p. 172-224.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. A Teologia da Enxada como ação do espírito no povo de Deus pelos caminhos da História. **Teologia Nordeste**, [s.l.], 10 jun. 2018.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia, 2010.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 75-91, jan. 2017.
- COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, 2018.
- CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, [s.l.], v. 41, p. 17-18, maio, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 5.

DOOREN, Thom Van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atividade. **Climacom**, [s.l.], ano 3, n. 7, 2016.

ESPLAR – PROGRAMA DE RESGATE, CONSERVAÇÃO E CONTROLE DE RECURSOS GENÉTICOS. **I Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS-CE)**: Relatório de Projeto. Novib. Fortaleza: Acervo documental do Esplar, 1992.

ESPLAR. MEMÓRIAS DO ESPLAR: CARTA DO AGRICULTOR ANTÔNIO SABINO (1976). **Esplar**, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://Esplar.com.br/imprensa/memorias-do-Esplar/item/208-memorias-do-Esplar-carta-do-agricultor-antonio-sabino-1976>. Acesso em: 01 mar. 2020

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo; Brasília, DF: Ed. Unesp; Nead, 2009.

GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura**: o caso das festas das sementes crioulas no Sul do Brasil. 2016. 294p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, [s.l.], n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna. Making Kin in the Chthulucene: reproducing multispecies justice. In: CLARKE, Adele; HARAWAY, Donna (org.). **Making Kin Not Population**. Chicago: University of Chicago Press, 2018. p. 67- 99.

HENN, Iara Aquino; GRÍGOLO, Serinei Cesar. As festas das sementes crioulas: espaço de circulação de conhecimentos e produção de movimentos sociais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [s.l.], n. 10, p. 39-52, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. A emergência da etnografia multiespécies. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 273-307, 2020.

KISTLER Logan *et al.* Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America. **Science**, [s.l.], v. 362, n. 6.420, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MYERS, Natasha. Ecologias indomáveis: descolonização do sensorium ecológico em um acontecimento natural 10.000 anos de idade. **ClimaCom – Políticas vegetais**, Campinas, ano 9, n. 23, dez. 2022.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES LOPES, Helena. **“Fazer pegar novamente, como se diz das plantas”**: um estudo sobre ecologia das práticas das Casas de Sementes da Rede de Intercâmbio de Sementes na Região de Sobral-CE. 2022. 268p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília, DF: INCT, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILVA COSTA, Brendo Henrique da. **Sementes crioulas**: resistência camponesa à colonização da vida no sudoeste do Paraná. 2023. 127p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2023.

STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 183-196, 2005.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes**: résister à la barbarie qui vient. Paris: La Découverte, 2009.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2017.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: la importância ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

TSING, Anna Lowenhaupt. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. Earth Stalked by Man. **The Cambridge Journal of Anthropology**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 2-16, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], v. 1, n. 86, p. 16-30, 2023.

Josiane Carine Wedig

Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) e doutorado-sanduiche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Pós-doutora em Sociología na Universidad Autónoma Metropolitana do México (UAM) e em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-Unicamp). Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Endereço profissional: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Via do Conhecimento, s/n, KM 01, Fraron, Pato Branco, PR. CEP: 85503-390.

E-mail: josiwedig@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

Helena Rodrigues Lopes

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). É pesquisadora visitante na University of Natural Resources and Life Sciences (Boku University), em Viena, Áustria. Trabalha na Agenda de Saúde e Agroecologia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integra a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Endereço profissional: Av. Brasil, n. 4.365, Manginhos, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21040-900.

E-mail: helenaeo.agro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3195-0063>

Brendo Henrique da Silva Costa

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco, atualmente doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Endereço profissional: Departamento de Economia Rural, Avenida Purdue, s/n, Câmpus Universitário, Edifício Edson Potsch Magalhães, Viçosa, MG. CEP: 36570-900.

E-mail: brendohenrique08@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7890-6345>

Como referenciar este artigo:

WEDIG, Josiane Carine; LOPES, Helena Rodrigues; SILVA COSTA, Brendo Henrique da. Das Agriculturas Holocênicas ao Controle Colonial da *Plantation*: as (r)existências das sementes crioulas. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e98184, p. 161-182, setembro de 2024.